cnj/) | Ouvidoria (/ouvidoria-

cnj/)





(https://www.cnj.jus.br/coronavirus/)

O CNJ ▼ Gestão da Justiça ▼ Programas e Ações ▼ Publicações e Pesquisas ▼

Sistemas e Serviços ▼ Comunicação e Eventos ▼

Fonamec debate como adotar práticas de mediação e conciliação

- ① 20 de setembro de 2018 -
- Notícias CNJ (https://www.cnj.jus.br/category/noticias/cnj/)



Contato



Imprensa 61-2326-5472



Ouvidoria 61-2326-4608



Imprensa imprensa@c nj.jus.br (mailto:impr ensa@cnj.ju s.br)



Ouvidoria
Fale com a
Ouvidoria
(/registresuamanifestaca
o)

Newsletters





O Fórum Nacional da Mediação e Conciliação (Fonamec), integrado por todos os coordenadores de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs) dos Tribunais de Justiça do País, debateu, na quinta-feira (20/9) em Brasília, capacitação de instrutores e mediadores e a realização de mediação e conciliação pelos cartórios extrajudiciais. Desde março, quando a Corregedoria Nacional de Justiça editou o <u>Provimento n. 67</u> (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?

<u>documento=3415</u>), cartórios de todo o país estão autorizados a promover a solução pacífica de conflitos por meio de métodos consensuais, como a mediação e conciliação. Antes, nos processos judiciais, a prática era restrita aos órgãos do Poder Judiciário.

Na reunião, a coordenadora do Comitê Gestor da Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conselheira Daldice Santana, enfatizou a importância da capacitação dos mediadores e conciliadores que atuarão nos cartórios. "Os cursos de capacitação tratam da forma de abordar duas partes que têm um conflito a resolver. É necessário obter uma habilitação para se exercer uma profissão, ainda mais esta, que pretende restabelecer o diálogo entre as partes. Como fazer isso sem técnica? Pode resultar em frustração para ambas as partes", afirmou.

Ao responder questionamentos sobre a duração exigida da experiência prática dos futuros mediadores e conciliadores, a conselheira Daldice recomendou aos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMECs) a priorização do planejamento das ações relacionadas à política de tratamento dos conflitos, por exemplo, identificando os maiores litigantes, promovendo reuniões interinstitucionais e incentivando a adoção de filtros para conter o grau de litigiosidade (melhoria do *call center*, ouvidoria, SAC, entre outros canais de relacionamento). Ao falar sobre os requisitos da formação de instrutores em mediação, a conselheira lembrou a lição de Paulo Freire segundo a qual "a teoria sem a prática vira 'verbalismo' " e "a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade".

Requisitos para atuar

A norma da Corregedoria Nacional de Justiça que autorizou cartórios a promover mediação e conciliação prevê que as serventias extrajudiciais empreguem apenas mediadores e conciliadores devidamente capacitados para o exercício da nova atividade. As

nome

Email

ASSINAR

Facebook
(https://ww
w.facebook.
com/cnj.ofici
al/)







corregedorias-gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios listarão, em seus portais na internet, nomes de conciliadores e mediadores habilitados, que poderão ser escolhidos pelas partes para conduzir o processo de entendimento.

Uma das dúvidas levantadas na reunião desta quinta-feira (20/9) foi sobre quem pode exercer a mediação e conciliação nos cartórios. O juiz auxiliar da Presidência do CNJ Márcio Evangelista esclareceu que, caso decidam por usar escreventes na prática, os cartórios deverão custear a formação dos funcionários. Os cursos só poderão ser ministrados por escola judicial ou instituição formadora de mediadores judiciais, conforme previsto na Lei da Mediação (Lei n. 13.140/2015) (http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13140-26-junho-2015-781100-publicacaooriginal-147366-pl.html) e regulamentado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) (https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/106319/Res 6 2016 enfa m Atualizado.pdf).

•

"Nós queremos que vocês contratem mediadores habilitados. Quando não houver disponibilidade, como me relataram durante uma visita ao Acre, um dos escreventes terá de ser habilitado para exercer a função", disse o juiz Evangelista, que nos próximos dois anos também será secretário-geral-adjunto do CNJ.

Perfil do conciliador

Segundo Evangelista, o perfil da atividade é diferente do cotidiano de um cartório. "A ideia é que o mediador seja uma pessoa que receba bem as partes em litígio, em outro ambiente, lúdico, se possível com música, tudo para desarmar a disposição para a disputa que acompanha as partes. Muito do serviço cartorário é conferir a legitimidade de informações e redigir documentos. Mediação e conciliação é outro serviço, que envolve acolhimento", disse o juiz. O potencial para a atuação dos cartórios é significativo dado o volume de demandas. Segundo o juiz Evangelista, há cerca de 400 mil processos de execução fiscal (dívidas de impostos e tributos) em tramitação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, corte de origem de Evangelista.

Execução fiscal

CNJ Retweetou



Tribunal de Justiça de Otigooficial

ADOTAR É AMOR | Na próxima segunda-feira, dia 25, tribunais de justiça de todo o país estarão unidos, em um encontro digital, realizando lives durante todo o dia. Em pauta, o Dia Nacional da Adoção! Não perca!#tj #tjgo #adoção #adotar #adotareamor #cNJ_oficial



Flickr







(https: (https: (https: //www //www //www .flickr. .flickr. .flickr. com/p com/p com/p hotos/ hotos/ hotos/ cnj ofi cnj ofi cial/49 cial/49 g1319 g1318 89090





7213/) 5413/) 9931/)



(https: (https: (https: //www //www //www //www //www //mww //www //www



Dos 80,1 milhões de processos que ainda esperavam solução definitiva ao final de 2017, mais da metade (53%) estava na fase de execução, em que os valores são cobrados efetivamente. No ano passado, entraram 7,6 milhões de processos de execução fiscal no Poder Judiciário, dois milhões a menos que em 2010.

O juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Alexandre Chini lembrou que os tribunais de Justiça poderão instalar centros de solução de conflitos (Cejuscs) nos cartórios que ainda não possuem o serviço. Uma análise da viabilidade jurídica, técnica e financeira do serviço precederá a instalação do Cejusc. O Nupemec do estado fará o estudo, em parceria com o cartório que pretende adotar a mediação e a conciliação para resolver conflitos.

Negociar para resolver

Vários tipos de disputas podem ser submetidos às práticas da mediação e da conciliação, não apenas dívidas: pensão alimentícia, acidentes de trânsito, problemas entre vizinhos etc. A mediação e a conciliação propõem o diálogo como meio de alcançar uma saída negociada entre as partes para o conflito que as envolvem, com os princípios da informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual. Até o Provimento n. 67, as partes precisavam se dirigir a uma unidade do Judiciário. A partir de agora, o serviço começará a ser oferecido por uma rede de cerca de 15 mil cartórios.

Manuel Carlos Montenegro Agência CNJ de Notícias

> NOTÍCIAS RELACIONADAS



(https://www.cnj.jus.br/1 o-mutirao-deconciliacao-virtual-da-jfda-2a-regiao-atinge-981de-acordos/)



(https://www.cnj.jus.br/j ustica-do-trabalho-do-rjpromove-audienciasvirtuais-durantesemana-de-conciliacao/)



(https://www.cnj.jus.br/n ucleo-realiza-mais-deduas-mil-audienciasvirtuais-de-conciliacaodurante-pandemia/)



1º mutirão de conciliação virtual da JF da 2ª Região atinge 98,1% de acordos (https://www.c nj.jus.br/1omutirao-deconciliacaovirtual-da-jf-da-2a-regiaoatinge-981-deacordos/)

① 21 de maio de 2020

Justiça do trabalho do RI promove audiências virtuais durante semana de conciliação (https://www.c nj.jus.br/justica -do-trabalhodo-rj-promoveaudienciasvirtuaisdurantesemana-deconciliacao/)

() 21 de maio de 2020

Núcleo realiza mais de duas mil audiências virtuais de <u>conciliação</u> durante pandemia (https://www.c nj.jus.br/nucleo -realiza-maisde-duas-milaudienciasvirtuais-deconciliacaodurantepandemia/)

① 20 de maio de 2020





SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 CEP: 70070-600 Localização no Google Maps (https://www.google. com.br/maps/place/C onselho+Nacional+d e+lusti%C3%A7a+-+CNJ/@-15.8037042,-47.8708951,17z/data =!3m1!4b1!4m5!3m4! 1s0x935a3b1a4f4fe0 e7:0xd6eaf67c3a0e1 32a!8m2!3d-15.8037094!4d-47.8687064)

07.421.906/0001-29

CNPJ:

 Acesso à Informação (/transparenciacnj/acesso-a-

informacao/)

Carta de Serviços (/carta-de-servicosao-cidadao)

Contatos (/telefones-uteis)

⋒ Política de Privacidade (/politicaprivacidade)/Termos de uso (/termos-deuso)

